

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT

>>

>> Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT

>> Nº 88

>>

>> Secretaria Nacional de Comunicação

>> 18 de fevereiro/ 2002

>>

>>

>>

>>-----

>> A posição da CUT frente à redução de direitos sociais e o seguro-desemprego

>>

>>

>> A CUT vem a público denunciar que está em curso uma nova operação visando dourar a >pílula da proposta de flexibilização da CLT, prestes a ser votada no Senado.

>As "centrais" sindicais governistas, sob o comando do Ministro do Trabalho,

>trazem a público uma proposta de ampliação da cobertura do

>seguro-desemprego. Trata-se de um reconhecimento explícito de que a

>flexibilização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal,

>apoiada por eles, vai produzir mais desemprego, concentração de renda e

>informalidade.

>>

>> É inadmissível que centrais sindicais negociem, em nome dos trabalhadores, a troca de

>direitos, tal como o 13º salário, férias, licença maternidade por uma

>promessa de ampliação do seguro-desemprego, já que se aprovada a alteração

>do artigo 618 da CLT, o desemprego tende a crescer.

>>

>> Para além da sua apresentação como barganha dos direitos dos trabalhadores, a proposta

>de ampliação do seguro-desemprego é apenas um factóide -- uma versão

>requestrada de proposição idêntica, apresentada há quatro anos ao Codefat

>pela bancada dos trabalhadores, com a CUT à frente, e que foi indevidamente

>engavetada pelo Ministério do Trabalho.

>>

>> Agora, o governo diz que a proposta é para valer -- mas não é. Para valer mesmo é só a

>tentativa de montar um rolo compressor no Congresso para aprovar a mudança

>da CLT. Para apreciar as mudanças do seguro-desemprego, como de outras

>vezes, será criada uma comissão para estudar seus impactos fiscais -- que,

>daqui a alguns meses, concluirá que são incompatíveis com as metas acordadas

>com o FMI. Será aprovado, no máximo, a concessão de uma parcela adicional

>por prazo determinado do seguro-desemprego para os desempregados de algumas

>regiões metropolitanas, como de outras vezes.

>>

>> Enquanto isso, um contingente maior de trabalhadores será lançado ao desemprego, à

>informalidade, e perderá direitos assegurados em décadas de lutas. E ainda

>deve ser comprometida as fontes de financiamento das políticas de emprego,

>inclusive do seguro-desemprego, dada a perda de receitas do PIS com o

>crescimento da informalidade.

>> A CUT, evidentemente, continua, como há quatro anos, considerando imprescindível uma

>ampla reformulação do sistema do seguro-desemprego, na direção da

>constituição de um verdadeiro sistema público de emprego em nosso país e a

>necessária reformulação e ampliação das políticas ativas de geração de

>empregos. Para tanto apresentamos como alternativas as seguintes propostas:

>>

>> 1. retirar da pauta do Congresso Nacional o encaminhamento do projeto de autoria do

>executivo federal que altera o artigo 618 da CLT, já que a proposta de

>aumento do seguro-desemprego configura o reconhecimento explícito de que sua

>aprovação deve aumentar o desemprego;

>>

>> 2. a necessária reformulação do seguro-desemprego deve ser encaminhada junto a um

>conjunto de iniciativas de revisão e ampliação das políticas de geração de

>emprego e renda, especialmente quanto ao aumento ainda para 2.002 dos

>recursos destinados para o PROGER (urbano e rural) e PRONAF, melhorando suas

>condições de acesso, prazos e juros para pagamento dos empréstimos, bem como

>desenvolvendo novos programas vinculados ao desenvolvimento local e

>cooperativo;

>>

>> 3. deve-se rever ainda para 2.002 a política de crédito do BNDES, priorizando

>empréstimos aos setores que geram mais empregos (intensivos em mão-de-obra),

>as micro, pequenas e médias empresas e a substituição competitiva de

>importações, reduzindo nossa dependência externa e gerando empregos de

>qualidade no país. Chega de financiar a desnacionalização produtiva, a

>ampliação de nosso déficit externo e a eliminação em massa do postos de

>trabalho de qualidade nos setores dinâmicos da indústria e serviços;

>>

>> 4. é preciso eliminar a vergonhosa transferência de recursos do FAT para o Tesouro

>Nacional por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União). Hoje esses

>recursos somam mais de R\$ 2,0 bilhões;

>>

>> 5. deve-se regulamentar o artigo 239, parágrafo 4º da Constituição Federal, que

>estabelece a penalização das empresas cujo índice de rotatividade da

>mão-de-obra é superior à média do setor, desestimulando desse modo, a

>rotatividade e a perda de receitas do FAT;

>>

>> 6. a reformulação do seguro-desemprego deve envolver a adequação do valor do seu

>benefício às faixas médias de remuneração observadas no mercado de trabalho.

>Deve-se levar em consideração também o aumento do tempo de desemprego

>(tabela 1) e o tempo de procura por emprego segundo as faixas etárias, como

>a CUT já propôs em 1998, com o posterior apoio das outras centrais

>sindicais.

>>

>>

>>

>>

>>

>>

>>

>> Por último, é preciso chamar atenção de toda a sociedade e do Senado Federal que as

>iniciativas internacionais de flexibilização trabalhista resultaram, sempre,

>em deterioração ainda maior do mercado de trabalho e ainda não produziram

>nenhum efeito positivo para o crescimento econômico. A Argentina que levou à

>exaustão o modelo pretendido pelo executivo federal vive sua mais grave

>crise econômica, social e política.

>> E a CUT não aceitará que essas centrais sindicais e o Ministro do Trabalho levem o

>Brasil a viver o triste caos político, econômico e social de nossos

>vizinhos. Temos responsabilidade política para com os trabalhadores

>brasileiros e para com o futuro do Brasil.

>>

>>

>>

>>

>> Executiva Nacional da CUT

>>

>> São Paulo, 18 de fevereiro de 2.002

>>

>> Início

>>

>>

>>-----

>>

>>

>>

>>

>>

>>

>>

>> Escreva para o Informacut clicando aqui

>> Clique aqui para receber ou indicar alguém para receber o Informacut

>> Caso você não queira mais receber este boletim, clique aqui

>>

>>

>>

>>

>>

>> Conheça a Agência CUT de Notícias Visite a página da Central Única dos  
Trabalhadores

>>

>>

>>

>>

>>

>> SECRETÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

>>

>> SANDRA CABRAL

>>

>> Equipe:

>>

>> Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldebert Castello Branco - Sergio dos Santos

>>

>>

>>

>>

>>-----

>>

>> Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º

>Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não

>poderá ser considerado SPAM quando inclua uma forma de ser removida